

Sarney: "Democracia plena deve ter responsabilidade"

O Senador José Sarney, vice-líder da ARENA, declarou que existe o desejo de institucionalizar a revolução e que isso importará, necessariamente, na transposição dos instrumentos de exceção. Torna-se, agora, mais importante, "encontrarmos uma forma constitucional que possa representar uma média das aspirações nacionais".

Acrescentou que já se estabeleceu um consenso entre os partidos e na opinião nacional em relação a essa fórmula, ou seja, que "devemos ter um regime democrático pleno, mas com responsabilidade, dando à democracia os instrumentos de auto-defesa de que necessita para não se tornar vulnerável a desintegração por grupos minoritários de natureza extremista".

O Sr. José Sarney acha que já não existe dúvidas de que existe este consenso no meio político e no seio da opinião pública do país. Para ele, a fórmula mais adequada surgirá das conversações já estabelecidas por iniciativas do Senador Petrônio Portella.

Afirmou que o Senador Petrônio Portella exprime as posições da ARENA e não levará para o diálogo com a oposição nenhum ponto de vista pré-estabelecido e nenhuma imposição para as conversas. Assim, disse que a ARENA está em condições de examinar todas as fórmulas e soluções "para que cheguemos a um projeto definitivo".

Contesta o Senador maranhense a tese de alguns setores oposicionistas, segundo o qual o Governo está motivado por interesses eleitorais ao acenar com a possibilidade de da reforma constitucional:

"A Bandeira da democracia não é privilégio e nem monopólio do MDB. Vamos chegar a um projeto democrático, com ou sem o MDB. Se eventualmente, este partido deixar passar a oportunidade, isso não será motivo para que a ARENA deixe cair a bandeira da meta democrática".

O senador José Sarney acha curioso que alguns políticos venham defendendo a vol-

ta à vigência da constituição de 1946, uma carta elaborada em um período marcado pelo término da segunda Guerra Mundial, período que os economistas classificam atualmente como aquele que conheceu o advento da segunda revolução industrial, porque implicou em profundas transformações no relacionamento político, econômico e social.

Reconhece que a constituição de 1967 tinha defeitos, tanto que não suportou o vendaval da crise que desaguou na edição do ato institucional nº 5. Mas, o que se conseguirá com a volta da constituição de 46? — ele indaga.

Como a carta de 67 ainda se acha em vigor com as modificações acrescentadas pela emenda constitucional de 1969, o Sr. José Sarney acha que aquele contrato social pode servir de ponto de partida para a formulação de uma constituição enriquecida pela experiência institucional do país nos últimos tempos.